



<https://doi.org/10.56344/2675-4827.v3n2a2022.1>

A saúde LGBTQ+ no curso de Nutrição: a importância da pluralidade da população na ementa curricular

The LGBTQ+ Health in the Nutrition course: the importance of the plurality of the population in the curriculum

Luiza Bortolatto Rizzieri¹, Danielle Lodi Silva²

Resumo: Pessoas trans enfrentam mazelas sociais e dificuldade de acesso à direitos básicos, como a educação, trabalho e saúde. O nutricionista, assim como outros profissionais de saúde, tem muito a oferecer para a saúde do indivíduo, pois, a terapia hormonal pode trazer alterações fisiológicas não desejadas pelo paciente, como mudanças do perfil lipídico e ganho de peso. Além disso, transtornos alimentares parecem estar presentes de forma significativa nesta população. Este tema tem ganhado a atenção de alguns pesquisadores recentemente, no entanto, pouco se fala sobre o atendimento nutricional desta população. O estudo atual visa investigar a presença do tema em matrizes curriculares do curso de bacharelado de Nutrição em universidades públicas do Brasil. Foi utilizada a pesquisa por palavras-chave “LGBT, Transexuais, Transgênero, Travesti, Trans e Inclusão” nos Planos Pedagógicos. Foram excluídas universidades que não disponibilizavam o Plano Pedagógico e/ou Estrutura Curricular do Curso. Esta temática raramente encontra-se descrita nos cursos de nutrição, sugerindo-se então, a inclusão de uma disciplina, ainda que optativa e multiprofissional, sobre a inclusão e importância do atendimento de vários grupos minoritários. É essencial que, durante a formação do futuro profissional de saúde, sejam discutidas as especificidades de grupos minoritários com o objetivo de realizar um atendimento nutricional.

Palavras-chave: Educação; Nutrição; Pessoas transgênero; Minorias sexuais e de gênero.

Abstract: Trans people face social ills and difficult access to basic rights, such as education, work and health. The nutritionist, like other health professionals, has a lot to offer for the health of the individual, as hormone therapy can bring about physiological changes that are not desired by the patient, such as changes in the lipid profile and weight gain. In addition, eating disorders seem to be significantly present in this

¹ Residente em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: luizarizzieri@gmail.com

² Doutoranda em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

population. This topic has gained the attention of some researchers recently, however, little is said about the nutritional care of this population. The current study aims to investigate the presence of the theme in curricular matrices of the bachelor's degree in Nutrition in public universities in Brazil. The search for keywords "LGBT, Transsexuais, Transgender, Transvestite, Trans and Inclusion" was used in the Pedagogical Plans. Universities that did not provide the Pedagogical Plan and/or Curriculum Structure of the Course were excluded. This theme is rarely described in nutrition courses, suggesting the inclusion of a discipline, albeit optional and multidisciplinary, on the inclusion and importance of serving various minority groups. It is essential that, during the training of the future health professional, the of minority groups are discussed to provide nutritional care.

Keywords: Education; Nutrition; Transgender persons; Sexual and gender minorities.

Recebimento: 04/02/2022

Aprovação: 10/06/2022

INTRODUÇÃO

Em 2013, o Brasil implementou o Plano Nacional de Saúde Integral a LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e outros), com o objetivo de melhorar o acesso e garantir a promoção e vigilância em saúde. Este plano cita ainda, as vulnerabilidades que essa população pode apresentar, em especial, os estigmas sofridos. Declara que a saúde deve ser ofertada a toda população brasileira, respeitando suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais.

Dentro da sigla LGBT+, há as pessoas trans (transgênero ou transexual), que são aquelas que apresentam uma identidade de gênero diferente da que foi designada no nascimento, incluindo pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino, ou identificam-se com ambos (não binárias). Travesti é a denominação de pessoas que vivem uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. (ANTRA, n.d.). Estudos preliminares indicam que o Brasil possua cerca de 1.090.200 brasileiros que possam se identificar como transgênero, e 1.880.200 como gênero não binário. (SPIZZIRRI *et al.*, 2021)

O gênero inclui características socialmente construídas, como normas, comportamentos e regras relacionados à figura de homens, mulheres, meninos e meninas. Enquanto o sexo refere-se às características fisiológicas, o gênero compete aos papéis construídos socialmente, como comportamentos, atividades e atributos que a sociedade considera apropriado para os indivíduos baseado no sexo que foram designados ao nascimento. Os papéis de gênero são aprendidos, mutáveis e variáveis de acordo com o tempo e cultura. (UNHCR, 2021)

Estima-se que pelo menos 75% da população brasileira não conhece, teve contato ou se relaciona socialmente ou em seu cotidiano com uma pessoa trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Como podemos reduzir a transfobia, se a população trans continua sendo colocada à margem da sociedade, sendo negada à direitos básicos como o acesso à educação, emprego e saúde? Entre as questões mais abordadas em estudos sobre o acesso da saúde de pessoas trans, destacam-se a discriminação nos serviços de saúde, patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, falta de qualificação dos profissionais e exigência de cirurgia para troca de nome e sexo em documentos (ROCON *et al.*, 2019). Os constrangimentos, e as queixas sobre o atendimento de profissionais de saúde são frequentes, e um dos principais motivos da falta de procura de pessoas trans por serviços de saúde.

Além da capacitação dos profissionais de saúde, é de extrema importância estudar pessoas trans e travestis no que tange a alimentação, já que estudos iniciais apontam presença de insegurança alimentar nessa população (RUSSOMANNO; JABSON TREE, 2020), além de fatores que podem predispor a condição de transtornos alimentares, e mudanças no perfil lipídico - sendo o último relacionado com a transição hormonal (LIMA *et al.*, 2021). Na área de nutrição, há poucos estudos sobre a população trans. É importante ressaltar que a maior parte das fórmulas e diretrizes utilizadas na avaliação nutricional consideram somente o sexo biológico, podendo ser uma barreira na realização de uma antropometria mais completa para pessoas em tratamento hormonal.

O estudo atual visa buscar a temática de saúde LGBTQ+, com ênfase em pessoas trans nas matrizes curriculares dos cursos de nutrição de universidades públicas do Brasil.

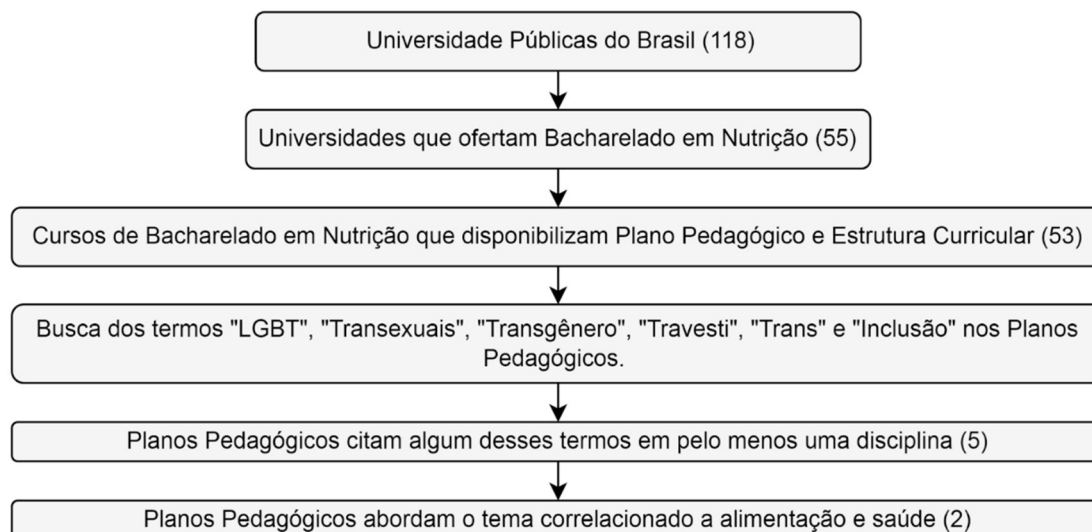
OBJETIVOS

- Caracterizar especificidades da população trans na instância nutricional;
- Investigar presença do tema em matrizes curriculares do curso de bacharelado de Nutrição em universidades públicas do Brasil,
- Sugerir conteúdo a ser abordado nas grades curriculares, que fortaleça equidade no atendimento nutricional.

MATERIAL E MÉTODO

Foi utilizado o programa do Excel 2018 para listar todas as universidades públicas brasileiras, e organizar o estudo. A partir dessa organização inicial, houve a busca dos cursos de nutrição, e dos planos pedagógicos e estruturas curriculares nos sites de cada universidade. Uma análise dos Planos Pedagógicos das Universidades Federais, Estaduais e Municipais foram realizadas, com objetivo de verificar a existência de disciplinas obrigatórias ou eletivas, que agregassem a população transgênero, travestis e/ou saúde LGBTQ+. As palavras chaves utilizadas para a busca dessa temática foram "LGBT, Transexuais, Transgênero, Travesti, Trans, Inclusão" nos Planos Pedagógicos. Foram excluídas universidades que não disponibilizavam o Plano Pedagógico e/ou Estrutura Curricular do Curso.

Figura 1 – Aspectos Metodológicos da pesquisa dos Planos Pedagógicos das Universidades Públicas do Brasil.



RESULTADOS

Das 118 universidades públicas (federais, estaduais e municipais), 55 ofertavam o curso de bacharelado de nutrição em sua grade. Duas universidades não disponibilizaram o plano pedagógico, portanto, foram 53 planos avaliados. Das 40 faculdades federais que ofertam o curso de bacharelado em nutrição, apenas três tinham como ementas em disciplinas optativas, a saúde LGBTQ+. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no entanto, é a única que descreve a população transgênero em seu plano pedagógico como grupo a ser estudado, em conjunto com outras populações vulneráveis (pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, analfabetos, pessoas privadas de liberdade, pessoas em situação de rua, dentre outros). (UFRN, 2020)

Figura 2 – Ementa curricular para disciplina de “Nutrição Inclusiva”

Componente Curricular	Nutrição Inclusiva
Carga Horária	45 horas

Ementa	Processo de cuidado em nutrição de populações vulneráveis (pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, transexuais, analfabetos, pessoas privadas de liberdade, pessoas em situação de rua, dentre outros). Procedimentos e estratégias para a avaliação do estado nutricional e o planejamento dietético. Estratégias inclusivas para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação saudável. Postura profissional quanto à ética no processo de assistência nutricional de grupos e populações vulneráveis, incluindo a importância do acolhimento e humanização.
---------------	---

Fonte: UFRN, 2020

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) disponibiliza a disciplina “Constituição do Humano, Políticas e Marcadores sociais da diferença” como disciplina obrigatória em vários cursos de saúde, que visa discutir os ciclos da vida em intersecção com os marcadores sociais da diferença como, classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. A disciplina eletiva disponível para vários cursos “Saúde LGBTI+: Cuidados Interdisciplinares” busca detalhar as especificidades dos cuidados à saúde integral da população LGBTI+. (UNIFESP, 2021)

Das 42 universidades estaduais presentes no país, 11 ofertavam o curso de nutrição. Embora nenhuma aborde especificamente a população transgênero ou saúde LGBT+ em sua grade curricular, a Universidade de São Paulo (USP) possui uma disciplina “Corpo, indivíduo e Sociedade” que aborda a compreensão entre os marcadores sociais da diferença e a alimentação, incluindo questões de gênero, racismo e violência. (USP, 2020)

Referente às universidades municipais, das 10 analisadas, quatro possuíam nutrição na gama de cursos disponíveis. A FURB (Universidade Regional de Blumenau) tem em seu componente curricular obrigatório a disciplina “Saúde, Cultura e Sociedade”, que busca abordar a diversidade de religiosidades, identidade de gênero e relações étnico-raciais (FURB, 2019). Apesar das universidades mencionadas citarem de alguma forma a população

LGBT+, percebe-se uma deficiência na matriz curricular para abordagem de grupos populacionais específicos, no que tange à alimentação.

DISCUSSÃO

O conselho nacional de educação, ao instituir as diretrizes curriculares do curso de graduação em nutrição, detalha no artigo 6, que um dos conteúdos que devem ser contemplados seria o de:

II - Ciências Sociais, Humanas e Econômicas – inclui-se a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, a comunicação nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença. (BRASIL, 2001)

A pauta da saúde LGBT+, assim como de outras minorias, se aplica como um dos conteúdos para o profissional compreender os determinantes sociais. Visto que a população citada possui diversas vulnerabilidades, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, dado que 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), e 13 anos de idade é média em que são expulsas de casa pelos pais (BENEVIDES; SIMPSON, 2017), é de extrema importância estudar a segurança alimentar e nutricional, já que estudos iniciais apontam presença de insegurança alimentar nessa população (RUSSOMANNO; TREE, 2020). Ao que compete o atendimento nutricional, os recursos hormonais ou cirúrgicos podem alterar o metabolismo, através da modificação do perfil lipídico, redistribuição corporal, resistência à insulina e elevação de citocinas inflamatórias. Dentro do âmbito comportamental, a investigação de uma alimentação disfuncional, histórico de dietas, além de fatores que possam causar problemas de imagem corporal é de extrema importância para formulação da conduta nutricional (LIMA, *et al.*, 2021)

Indivíduos que utilizam hormônios masculinizantes ou derivados de testosterona podem apresentar risco elevado de desenvolver alguns efeitos, como o ganho de peso, eritrocitose, aumento do nível de lipoproteínas de baixa densidade, diminuição do nível de lipoproteínas de alta densidade, aumento de

hematócrito e hemoglobina, tempo de protrombina reduzido e aumento de níveis de creatinina. Devido às mudanças do perfil lipídico, esses indivíduos podem ter um risco elevado de desenvolver doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes tipo 2 (RAHMAN; LISENMEYER, 2019).

Pessoas que fazem uso de hormônios feminilizantes também podem apresentar mudanças no perfil das lipoproteínas, a depender da via de administração. A densidade mineral óssea e a pressão arterial podem aumentar, além do risco de desenvolvimento de doença tromboembólica e hipertrigliceridemia, conseqüentemente aumentando o risco de diabetes tipo 2 e/ou hipertensão quando outros fatores de risco estão presentes (RAHMAN; LINSSENMEYER, 2019)

Pessoas que retiraram as gônadas (pessoas transgênero e intersexo), mulheres transgênero que utilizam bloqueadores de testosterona (espironolactona, acetato de ciproterona ou antagonistas de GnRH) sem estrogênio, devem acompanhar regularmente os níveis de vitamina D, visto o risco de perda de massa magra, e conseqüentemente, perda óssea. É importante considerar também que a gestação e aleitamento não são momentos restritos as mulheres cis. Homens transgênero também podem ter o desejo de gestar, sendo aconselhável a interrupção da terapia hormonal no período de gestação e aleitamento - caso o indivíduo possua mamas (LIMA, et al. 2021). Dessa forma, a nutrição pode participar do cuidado interdisciplinar da pessoa transgênero gestante, garantindo o estado nutricional adequado tanto do indivíduo, quanto do bebê. Apesar da importância da nutrição, como mostra a literatura, verificou-se que é uma minoria das instituições de ensino que apresenta disciplinas que inclua pessoas transgênero.

Um estudo aplicado com estudantes da área de saúde, evidenciou que os cursos (Enfermagem, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Biomedicina e Farmácia) na instituição de ensino focam nos princípios da universalidade, equidade e integralidade durante a graduação. Porém, no que tange aos conhecimentos específicos sobre a população LGBTI+, os alunos não se sentem aptos. Visto isso, observa-se uma necessidade de abordar temas relacionados à diversidade sexual. (BARCHIN, 2021)

Dentre as fragilidades no atendimento médico de pessoas LGBT, inclui-se o desconhecimento da Política de Saúde Integral da População LGBT, faltando capacitações sobre o tema (NEGREIROS *et al.*, 2019). Percebe-se uma deficiência da temática nas matrizes curriculares do curso. Os discursos dos profissionais muitas vezes tentam silenciar as necessidades em saúde das pessoas LGBT+. Os currículos de medicina no Brasil devem reconhecer a necessidade de abordar essa temática, a fim de capacitar os futuros profissionais, e efetivamente praticar os princípios de equidade, universalidade e integralidade. (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019)

Rocon *et al* (2016) descrevem relatos pessoas trans que evitam buscar o atendimento em saúde pois têm medo da discriminação, como constrangimentos causados pela negligência com o nome social.

Apesar de algumas travestis saberem de legislação específica que confere a elas o direito à identificação pelo nome social, os serviços não cumprem tal prerrogativa. O desconhecimento das trajetórias de cuidados das travestis, por parte dos serviços de saúde, torna a situação mais complexa para o atendimento, pois relatam que profissionais de saúde estranham o cuidado com o silicone, com a utilização de hormônios e o desejo da feminilidade da travesti. (SOUZA, 2014, p. 2284).

As dificuldades citadas não são exclusividade do Brasil. As maiores barreiras para uma terapia hormonal segura e uma assistência médica é a falta de acesso. Apesar da existência de diretrizes, e dados que suportam o tratamento farmacológico, pacientes trans reportam falta de profissionais especializados na medicina transgênero, o que representa o maior problema no acesso à saúde. O tratamento em pessoas transgênero não é ensinado no currículo convencional do curso de medicina, e poucos médicos possuem o conhecimento necessário (SAFER, 2016).

Uma meta-análise observou necessidade de providenciar treinamento para os profissionais, com o objetivo de um melhor cuidado para o público LGBT, visto as barreiras encontradas no acesso desse público. A base do currículo de cursos de graduação na área de saúde, mostra uma baixa carga horária ou a falta de disciplinas que abordam essa temática, além da presença de estigmas, discriminação e preconceitos em estudantes de saúde. No entanto, apesar de

ser praticamente unânime a importância da qualificação de profissionais de saúde, há pouca indicação na literatura de quais competências precisam ser desenvolvidas. (DULLIUS; MARTINS; CESNIK, 2019).

Para uma capacitação não somente da saúde biológica, mas também social e psicológica, sugere-se uma ementa curricular (Figura 3) que aborde os seguintes conteúdos:

Figura 3 – Sugestão de Ementa Curricular para Profissionais de Saúde

Introdução à Saúde LGBT	Definições da sexualidade e identidade de gênero Política de Saúde da População LGBT+ Despatologização: (Retirada de termos que incitem doença, como <i>homossexualismo, transexualismo, pessoas hermafroditas</i>)
Aspectos Biológicos	Terapia hormonal Métodos de avaliação nutricional e antropometria em pessoas em uso de hormonização Terapia hormonal e mudanças corporais (perfil lipídico, mudança de peso) Utilização de silicone industrial e riscos para a saúde
Aspectos sociais	Vulnerabilidades da população (insegurança alimentar, evasão escolar, inserção no mercado de trabalho, trabalho informal) Desafios da população LGBT no acesso à saúde (capacitação dos profissionais, constrangimento dos pacientes, respeito do nome social)
Aspectos psicológicos	Saúde mental (depressão, ansiedade, transtornos alimentares) Violências (Homofobia, lesbofobia, transfobia etc.)

Fonte: autora.

A sugestão de ementa foi pensada para profissionais de saúde de diversas áreas (nutrição, enfermagem, fonoaudiologia, medicina, farmácia...). A saúde LGBT+ pode estar incluída em uma disciplina que abranja diversas populações vulnerabilizadas. Além dos conteúdos sugeridos, é possível ainda, utilizar metodologias que misturem a teoria com a prática, como exercícios experimentais com cenários fictícios, para promover a consciência dos problemas de saúde que pessoas do grupo LGBT podem enfrentar, através de seminários e palestras. Loria (2019) descreve uma oficina realizada no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental, pensada nas seguintes etapas: i) sensibilização; ii) discussão de casos; iii) informação e exposição de orientações para boas práticas em saúde; iv) dúvidas e avaliação.

A oficina contou com exposição de casos clínicos, com o diálogo entre os organizadores e participantes. As principais dúvidas dos participantes foram:

“Como abordar as pessoas?” “Que palavras utilizar?” “Como não ser ofensivo?” “Que termos são bem aceitos?”; ou centravam-se na sexualidade: “Como e quando abordar diretamente a sexualidade?”; “A sexualidade deve ser tomada como questão na primeira consulta?”. (LORIA, 2019).

Percebe-se que, os profissionais podem sentir muitas dúvidas e medo de atender essa população, pois a população LGBTQ+ frequentemente é colocada às margens da sociedade. É dever, enquanto profissionais da saúde, conhecer a diversidade da população, no que tange às diferenças étnico-raciais, orientação sexual, identidade de gênero e classe social. Ao abordar população transgênero e travesti, questões como as diferenças na estruturação corporal, possíveis consequências fisiológicas da hormonização, saúde mental e transtornos alimentares são de extrema importância para o profissional nutricionista. Sugere-se uma disciplina onde a pluralidade da população seja debatida, para que os profissionais saiam dos seus respectivos cursos de faculdade, preparados para acolher e realizar um bom atendimento às pessoas que dificilmente veem os locais de saúde como pontos seguros.

CONCLUSÃO

A assistência nutricional não pode ser resumida à elaboração de dietas. Como podemos garantir a promoção em saúde e alimentação saudável, se os profissionais não conhecem os determinantes de saúde que podem influenciar no estado do indivíduo? Como realizar um atendimento individualizado, se as referências de antropometria não incluem pessoas transgênero em tratamento hormonal?

Na formação do futuro profissional de saúde, a saúde LGBTQ+ deve ser abordada não somente por essa população ter suas especificidades, mas também para saber como fazer um acolhimento humanizado, e evitar causar mais afastamento dos serviços de saúde. Os grupos minoritários precisam ser enxergados pelos profissionais de saúde, para que ocorra o desenvolvimento de mais estudos, o aprimoramento da assistência nutricional desses indivíduos e a

criação de um espaço seguro dentro do atendimento nutricional. Nutricionistas devem compreender a pluralidade da população, não somente a população LGBTQIAP+, como também as pessoas com deficiência, em situação de rua, indígenas, usuários de drogas e substâncias psicoativas, que podem precisar de abordagens diferentes no atendimento nutricional.

Conflitos de interesse: Os autores não têm conflitos de interesse a divulgar.

REFERÊNCIAS

BARCHIN, V. F. *et al.* Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI+. **Revista Mundo da Saúde**, n.45, 2021. DOI: 10.15343/0104-7809.202145175186.

BENEVIDES, B. G.; SIMPSON, K. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 02 mai. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. 2001.

DULLIUS, W. R.; MARTINS, L. B.; CESNIK, V. M. Systematic review on health care professionals' competencies in the care of LGBT+ individuals. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 36, 2019. DOI: 10.1590/1982-0275201936e180171.

LIMA, L. M. *et al.* CRN-1. **Guia de cuidado e Atenção Nutricional à População LGBTQIA+**. Insecta Editora. 2021

LORIA, G. B. Saúde da população LGBT+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental em uma universidade pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, 2019. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1807](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1807).

NEGREIROS, F. R. N. *et al.* Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**. V.43, n. 1. 2019, p. 23-31. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>. Acesso em 21 jun 2022.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. **Interface**. 2019, v. 23, p. 1-15.

DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>.

RAHMAN, R.; LINSEMEYER W.R. Caring for Transgender Patients and Clients: Nutrition-Related Clinical and Psychosocial Considerations. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v. 119, n. 5. 2019 DOI: 10.1016/j.jand.2018.03.006

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, 2016, p. 2517-2525. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.

RUSSOMANNO, J.; JABSON TREE, J. M. Food insecurity and food pantry use among transgender and gender non-conforming people in the Southeast United States. **BMC Public Health**. 2020 Apr 29; v. 20, n. 1:590. DOI:

<https://doi.org/10.1186/s12889-020-08684-8>

SAFER, J. D. Barriers to Health Care for Transgender Individuals. **Current Opinion in Endocrinology, Diabetes and Obesity**, v. 23, n.2, 2016. p. 168–171. DOI: doi:10.1097/MED.

SPIZZIRRI, G. *et al.* Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, p. 2240, 26 Jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>.

SOUZA, M. H. T. *et al.* Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 7, 2014, p.2277-2286. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.10852013>.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. Bisexual, Transgender, Intersex and Queer (LBTIQ+) Persons in Forced Displacement. **Division of International Protection**, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Nutrição**. 2020.

UNIFESP. **Lista de Unidades Curriculares**. UNIFESP - Consulta de Unidades Curriculares.

2021. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/consulta-uc>. Acesso em: 01 mai. 2022.

Universidade de São Paulo. **Corpo, Indivíduo e Sociedade**. Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação. 2020. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=HCV0127&codcur=6011&codhab=2#:~:text=Essa%20disciplina%20se%20prop%C3%B5e%20discutir,individualidade%20e%20das%20pr%C3%A1ticas%20sociais.>

Universidade Regional de Blumenau. **Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição**. 2019